

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Rosa - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente quero convidar todos os deputados, especialmente os da região norte de Santa Catarina, para na próxima sexta-feira comparecer à audiência pública que acontecerá na Câmara de Vereadores de Joinvile, promovida pela comissão de Defesa dos Direitos da

Criança e Adolescente, onde estarão presentes todas as lideranças afins.

Quero cumprimentar inicialmente as sras. Maria Verônica Mafra, Maria da Conceição Mendonza e a Maria da Glória Westphal, do grupo da terceira idade de Zimbros. Elas deixaram uma pequena mensagem que faço questão de ler.

(Passa a ler.)

"Idoso é quem tem o privilégio de viver uma longa vida; velho é quem perdeu a jovialidade. Você é idoso quando se exercita, mas é velho quando somente descansa. Você é idoso quando tem planos, mas é velho quando apenas tem saudade. Para o idoso a vida se renova a cada dia que começa; para o velho a vida se acaba a cada noite que termina. Para o idoso o dia de hoje é o primeiro do resto de sua vida; para o velho todos os dias parecem o último de uma longa jornada. Para o idoso o calendário está repleto de amanhã; para o velho o calendário só tem ontens. Para você: quando idoso viva uma longa vida, mas nunca fique velho."

Essa mensagem é de autoria do português Manoel Ferreira da Silva. Foi deixada pelo grupo de terceira idade que nos visitou.

Quero saudar também o Miguel Júnior, secretário da Assistência Social de Rio Fortuna, que, em nome da prefeitura, vem a esta Casa trazer os pleitos daquela cidade.

Hoje se comemora os 64 anos de emancipação política de Guaramirim. Quero, em nome do prefeito e do vice-prefeito, saudar todos de Guaramirim. E ontem inclusive a Câmara de Vereadores prestou uma homenagem a algumas pessoas, como o sr. Euclides Saldanha, o sr. Walmor, da companhia de águas para irrigação da plantação, principalmente do arroz, e para a sra. Erci Kleine, em nome do sr. Victor Kleine que foi vereador, vice-prefeito, prefeito e faleceu recentemente. Ele já estava na lista dos homenageados quando faleceu. A homenagem é sempre prestada para pessoas vivas, com essa exceção.

Quero cumprimentar toda a população de Guaramirim, esta cidade que tem hoje aproximadamente 40 mil habitantes, detém um dos

maiores, um dos melhores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano), justamente pela capacidade do povo, pelo empreendedorismo. É uma região muito industrializada, onde a qualidade de vida é excelente, justamente pela capacidade, pela criatividade do povo.

Sr. presidente, quero fazer um agradecimento especial em nome de todos os brusquenses, em nome de todos os habitantes do vale do Rio Tijucas e do Rio Itajaí-Mirim, pois, inclusive, o governador esteve na semana passada, na quinta-feira, nessa região, inaugurando duas obras grandes, a ampliação e praticamente a reconstrução da Escola Estadual Básica Feliciano Pires, a mais velha escola estadual da cidade de Brusque, uma escola que abriga alunos de todos os bairros, bem como a inauguração da Escola Básica João XXIII que sofreu praticamente uma revitalização e também a construção de uma quadra de esportes.

Também teve o início da duplicação da rodovia Antonio Heil, aliás, uma rodovia muito movimentada. Das rodovias estaduais é a com maior fluxo de veículos. Inclusive, tivemos uma notícia triste de ocorreu um acidente entre um carro e um caminhão, e um amigo guabirubense veio a falecer naquela rodovia. Acidentes como esse se dão porque é uma rodovia com muito fluxo, com pista simples.

O sr. governador esteve na cidade dando início à duplicação dos primeiros 3,2 quilômetros, de Brusque em direção a Itajaí. Também será dado o início das obras de Itajaí sentido Brusque, em outro momento.

Em segundo lugar, aproveitamos a visita do governador para pedir a ampliação e a reforma de três escolas, da Escola Estadual Urbana Osvaldo Reis, que precisa ser totalmente reformada. Ela está localizada num bairro grande, o Santa Rita, tem mais de 1.300 mil alunos, e o prédio tem mais de 30 anos.

O governador também assegurou a ampliação e a reforma da Escola Estadual Básica Professora Olivia Bastos, na cidade de Tijucas. E ainda pedimos, e certamente vamos ganhar, a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual

Básica Dom João Becker, de Brusque, que está sendo reformada.

Quero dizer ainda que de todas as escolas da regional da cidade de Brusque algumas já passaram por reformas, outras escolas estão sendo reformadas agora ou iniciando a reforma, como é o caso do Colégio Cruz e Souza e da Escola Dom João Boos, em Guabiruba.

Então, com essas reformas entregues pelo governador, na semana passada, mais reformas estão previstas, praticamente todas as escolas da regional de Brusque estão revitalizadas e adequadas para o ensino. Isso vai dar qualidade de ensino principalmente para os alunos e professores.

Por isso, quero usar desse expediente para agradecer de forma especial ao governador do estado, ao secretário de estado Eduardo Deschamps, que tem dado uma atenção muito especial.

Santa Catarina tem 1.112 escolas estaduais e mais de 100 escolas vinculadas às escolas estaduais. E durante o governo Raimundo Colombo todas as escolas passaram por adequações.

Na nossa regional de Brusque o secretário de estado e o governador têm cumprido aquilo a que se comprometeram, que é deixar todas as escolas equipadas para o bom ensino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna, na tarde desta quarta-feira, com muita satisfação, em função de todo trabalho que ao longo de 14 anos estamos desenvolvendo na Assembleia Legislativa relacionado à questão da defesa do carvão mineral catarinense. Trabalho este que por uma atitude ousada do sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, e todos aquiesceram,

foi elencada como uma das três bandeiras associadas ao Código Ambiental, ao combate às drogas e também à defesa do carvão mineral catarinense.

No dia de ontem tivemos, na Presidência da Casa, deputado Arnaldo Moraes, a presença do governador Raimundo Colombo, juntamente com o secretário da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni, o presidente da Fapesc e a participação de vários parlamentares, empresários do setor carbonífero, quando presenciamos a assinatura de um decreto do sr. governador do estado, flexibilizando o arranjo tributário e fiscal, possibilitando com isso condições de igualdade com os gaúchos para poder participar do leilão que deverá ocorrer amanhã, em São Paulo, na CCE - Câmara de Comércio e Energia. Esse leilão, através do pregão, deve iniciar às 10h até as 17h da tarde.

É preciso ressaltar aqui, sr. presidente, o compromisso efetivo por parte do governador do estado Raimundo Colombo, seu vice Eduardo Pinho Moreira, a equipe fazendária, na pessoa do sr. Antônio Gavazzoni, do sr. Almir, secretário-adjunto, os quais não mediram esforços para buscar a flexibilização da questão tributária, dos mecanismos de incentivos fiscais para que esse investimento pudesse ocorrer de forma tranquila e que pudesse dar todas as condições e a segurança jurídica para que os investidores pudessem assim participar do leilão.

É um investimento de mais de R\$ 2 bilhões, isso representa dizer mais do que uma vez e meia os investimentos da BMW.

Deputado Jailson Lima, v.exa. é oriundo do município da região carbonífera, Siderópolis, é um dos defensores dessa luta, juntamente com os meus pares do sul, então, v.exa. se enquadra nessa esteira pela conquista. É evidente que o deputado fez a sua parte.

Ontem saiu o leilão das eólicas, em torno de R\$ 110,00 o megawatts. E estamos com esta expectativa para o dia de amanhã.

Eu conversava com um dos representantes da Câmara de Comércio, que me dizia que das quatro

usinas que foram listadas ficou apenas uma, do sul, mas não soube especificar precisamente se é o Projeto Usitesc. Disse-me também que essa empresa apresentou todas as garantias. E a Usitesc apresentou todas as garantias.

Não sei se a usina do Eike, do Rio de Janeiro, de 589 megawatts, com o carvão importado da Colômbia, preencheu todos os requisitos, assim como também as duas do Rio Grande do Sul, uma com 600 megawatts e outra de 650 megawatts.

Está listada, está credenciada uma única para o setor carbonífero, para a economia, para o segmento social do sul do estado que ficou desprestigiado e que perdeu muscularidade com a duplicação do trecho norte da BR-101, entre Palhoça e a divisa do estado do Paraná.

Evidentemente que todo investidor, quando procura um mapa de desenvolvimento econômico do estado, procura situar portos, aeroportos, rodovias, mão de obra qualificada, água, energia. E evidentemente que promoveram uma concorrência desleal, descomunal, desumana, o norte para com o sul. E os investidores acabaram se estabelecendo de Palhoça para cima, para o norte.

Espero que realmente possamos lograr êxito no dia de amanhã. Às vezes faço uma reflexão nos idos do governo Collor, quando o corte de subsídio do carvão culminou, deputado Dóia, com a demissão em massa de milhares e milhares de trabalhadores do setor carbonífero e desencadeou um processo de degeneralização na economia do sul, onde éramos no o quarto da economia e caímos para a 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> posição.

Efetivamente essa linha, essa nova vertente vem trazer expectativa, esperança, capilaridade para a economia da região, porque não só teremos a geração de energia, mas a produção de sulfato de amônia para a utilização do insumo básico, do fertilizante para a agricultura, a cinza que é dotada no blende para a elaboração do cimento. Hoje, em torno de 30% do cimento produzido no Brasil se utiliza cinza de carvão importado e carvão nacional.

Quanto aos subprodutos agregados na cadeia produtiva, vai-se desencadear um novo processo dentro da pesquisa de desenvolvimento e inovação, a partir do centro de tecnologia de pesquisa do laboratório da SATC, que já está implantado. Evidentemente que a partir desse momento quebra-se um paradigma muito forte e nasce, brota, jorra uma vertente de expectativa, de esperança de um segmento que foi a tábua de salvação dos momentos de estado de sítio que o Brasil esteve. E foi o carvão catarinense que manteve acesa a chama das caldeiras da Cosipa, da Usiminas, das empresas metalúrgicas que desenvolveram este país.

Por essa razão, é um momento extremamente oportuno, e penso que o carvão deixa de ser o patinho feio, deputado Dóia Guglielmi, v.exa. que é da região carbonífera e também um defensor desse setor, evidentemente que respeitando com muita propriedade as questões ambientais, que busca uma eficiência através de concepção tecnológica de ponta, utilizada em países desenvolvidos, como a Alemanha, os Estados Unidos, por exemplo, que vai com certeza dar um novo *start* para o desenvolvimento do sul de Santa Catarina.

Estou muito apreensivo, porque é uma batalha quase que inglória. Quando o Brasil fez o Tratado de Conpenhagen e Kyoto, havia uma cláusula que dizia da necessidade de reduzir tanto em percentual de CO<sub>2</sub>, mas especificamente não dizia que tinha que ser o carvão fora do processo. E o secretário Cobalchini assim o fez, marcou na paleta, mas infelizmente Santa Catarina foi penalizada, juntamente com o Rio Grande do Sul e com o estado do Paraná.

Graças ao maior político da história, chamado São Pedro, no final do ano passado, quando ocorreu um risco iminente de apagão, acendeu-se a luz vermelha do governo federal, e a partir daí houve a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff e também do ministério de Minas e Energia, ocorrendo a permissão para se poder participar do Leilão AM5, no dia de amanhã, dia 29 de agosto de 2013, a partir das 10h, na CCE, Câmara de Comércio de Energia, em São Paulo, até as 17h.

Esperamos, de uma vez por todas e efetivamente, poder inserir a geração de energia a partir do carvão no sistema integrado nacional brasileiro.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua luta incessante para beneficiar Santa Catarina, principalmente a região sul do nosso estado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente deputado Kennedy Nunes, quero cumprimentar os nobres colegas, fazer também o registro dos vereadores Vilson Nicolau Becker, do PP, Vilmar May, do PMDB, e Eder Rodrigo Scolari, do PSD, da cidade de Brunópolis, também do prefeito Paulo Roberto Weiss, do PT, o Paulinho, juntamente com o Cristiano Ribeiro Gomes, funcionário, e o Carlos José Pretti, vereador do PSD, todos do município de Rodeio.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Quero, antes de debater uma contestação sobre o Samu, com relação à decisão da Justiça de Santa Catarina, novamente manifestar minha solidariedade ética aos médicos cubanos que estão no Brasil.

Ontem, deputado Kennedy Nunes, abordamos a forma como foram tratados ou recepcionados pelos médicos brasileiros, no aeroporto do Ceará, em Fortaleza, e também houve uma recepção parecida no Rio Grande do Norte. O nível foi de agressão e de violência verbal, que ultrapassa os limites da ofensa pessoal e que entra no cenário da violência efetiva.

Quando um dos médicos de cor negra entrava no aeroporto foi chamado de escravo, e um deles respondeu: "Vou ser, sim, escravo dos doentes que vou atender no Brasil, em prol da saúde desse povo".

Então, quero parabenizar o dr. Ruan, eu não o conheço, é o nome do filho do nosso deputado Kennedy Nunes.

Uma jornalista do Rio Grande do Norte escreveu um artigo dizendo que as médicas cubanas têm cara de empregadas domésticas. Vejam só a locução dessa jornalista - e vou falar de locução, porque estou transmitindo aqui o que disse essa **imbecil** -, como se a profissão de empregada doméstica neste país fosse algum crime ou alguma atividade que não houvesse reconhecimento público.

Então, que venha *el pueblo hermano* de Cuba para atender os brasileiros que não têm médicos para atendê-los.

Faço essa defesa cada vez mais convencido de que nunca vi uma categoria errar tanto como está errando agora a categoria médica, trazendo para o cenário de um debate público algo que não aprendemos nas universidades, como médico, porque sou médico.

Então, cada vez mais o meu apoio ao Programa Mais Médicos do governo federal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, mesmo sendo médico, v.exa. reclama dos médicos por esse tratamento, e eu, como jornalista, vou reclamar dessa jornalista por esse tratamento também.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Valeu, deputado.

No mais, quero fazer aqui uma observação a respeito da questão da decisão da juíza sobre a terceirização do Samu em Santa Catarina.

Em 2006 foi terceirizado o atendimento de emergência do Samu n. 192 - e, para quem não sabe, para chamar o Samu deve-se ligar para este número. O estado terceirizou as oito centrais por R\$ 7 milhões por mês para uma entidade chamada Sociedade Paulista de Desenvolvimento de Medicina, que é uma empresa privada que só no estado de São Paulo tem mais de 2.500 processos por não prestar o serviço adequado e por não pagar prestadores de serviços.

Pela forma que foi terceirizado o Samu aqui no estado, contratando profissionais, deputado Kennedy Nunes, também sem carteira assinada - e reclamam que os médicos não vão ter carteira assinada no serviço de bolsa do Programa Mais Médicos -, essa empresa está fazendo uma verdadeira festa. E o estado diz que esse contrato é para evitar custos.

Na realidade, os custos operacionais do Samu com contrato com uma empresa já condenada judicialmente no estado de São Paulo, e que tem reproduzido isso Brasil afora, tem feito com que os Tribunais de Conta tenham se manifestado contrários a esse tipo de contrato, como ocorreu no estado de São Paulo, com a prefeitura do município, quando tinha o então prefeito Gilberto Kassab. E agora o prefeito Fernando Haddad está revendo esse contrato para ser cancelado.

Só no ano de 2012 o governo federal investiu R\$ 812 milhões em equipes de saúde do Samu neste país, deputado Dóia Guglielmi, e tem ampliado os investimentos dos valores, como em Santa Catarina.

Por que a sociedade médica não se posiciona contra esse afronte que é a forma de terceirização do Samu e a forma de contratação dos profissionais no Samu em Santa Catarina pelas oito Regionais, srs. deputados?

E o governo federal já implantou no Brasil ao todo próximo de 2.500 unidades de Samu atendendo a milhares de municípios e milhões de habitantes neste país. Diga-se de passagem, o Samu é um programa do nosso presidente Lula, desenvolvido no nosso governo e com recursos repassados. Porque quando dizem que o governo federal não repassa recurso integral para a equipe, temos que ter claro que na média e alta complexidade o que o Samu salva e evita de pacientes com internações prolongadas reduz o custo de gestão e manutenção dos hospitais públicos. É menos investimento da parte que cabe ao estado na manutenção de pacientes nos hospitais, deputado Taxista Voltolini.

Esse é um cenário de um governo que desenvolve em política pública para o povo brasileiro e que,

em Santa Catarina, ao chegar os recursos, contrata uma empresa nefasta do estado de São Paulo para aqui terceirizar o Samu.

A doutora Sônia, quando o estado agora diz que não tem condições de assumir o Samu, diz o seguinte: "Como é que desde 2006 o Samu funcionava bem e atendia bem e agora dizem que não é possível, de uns dias para cá, acabar com o serviço terceirizado e voltar ao que era antes?".

Essa empresa terceirizada reduziu em quase 300 os funcionários que atendiam à população nas emergências e urgências do Samu. E essa redução de custo e esse enxugamento significa não atender devidamente à população. Até mesmo porque essa empresa terceirizada criou critérios próprios para atender à comunidade, ou seja, que em determinadas circunstâncias o Samu não pode atender.

Então, solicito que as entidades médicas deste país também se posicionem contra essa questão da terceirização do Samu, do jeito que está aí. Isso, sim, nós temos que fazer.

Faço esse debate com muita tranquilidade, porque estamos aqui já questionando a terceirização do Samu, já faz uns dois, três anos, não é de agora.

Finalmente, a Justiça tomou uma posição final, dizendo que ou o governo reassume a Samu ou vai ter uma multa diária de R\$ 50 mil, antes eram R\$ 10 mil, para dar enfim destinos efetivos e condizentes com a necessidade do povo catarinense. Senão, não adianta o tal pacto pela saúde, pagamentos por meritocracia, como foi anunciado hoje, mais trinta centavos por habitante para determinados programas, porque temos que contextualizar a saúde como um todo. E aí esperamos que o governo, efetivamente, tome posição na terceirização desse serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Peço a v.exa. que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

Antes, registro a presença do vereador Josué Pereira, da cidade de Camboriú. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Digital, pela TVAL e catarinenses aqui presentes, não tenho o hábito de ler discursos na tribuna, mas quando se trata de algo que tenho certeza de que vamos falar de história, e como é algo muito sério o que vou tratar aqui, vou pedir licença para ler algumas anotações que fiz.

A escola pública teve início, em Santa Catarina, em 1911, deputado Ismael dos Santos, na Escola de Ensino Básico Conselheiro Mafra.

Leio aqui um trecho retirado do Caderno Pedagógico de História da Educação, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, de 2011, que foi enviado pela equipe da Escola Conselheiro Mafra, para os senhores tomarem conhecimento da importância e do vanguardismo do governo da época.

(Passa a ler.)

"A história da Escola Conselheiro Mafra de Joinville diferencia-se das demais por ser o berço da educação pública no estado de Santa Catarina.

Em 1911, o governador Vidal Ramos convidou o professor paulista Orestes Guimarães para reorganizar a instrução pública em terras catarinenses, exercendo a função de inspetor-geral do ensino.

Segundo diagnóstico do próprio governante, a educação era o mais grave problema de Santa Catarina. Os imigrantes e seus descendentes cresciam, prosperavam e criavam escolas particulares, espalhadas pelas colônias do estado, muitas vezes financiadas total ou parcialmente por seu país de origem.

Preocupado com a integração dos imigrantes, o governador Vidal Ramos decidiu trabalhar exaustivamente na nacionalização do ensino no estado de Santa Catarina.

O primeiro grupo escolar foi organizado na cidade de Joinville, em 1911. Tratava-se da Escola Básica Conselheiro Mafra.”

Resumindo, essa escola foi modelo para a implantação do sistema educacional público do estado de Santa Catarina, e por lá passaram ninguém menos do que o senador Carlos Gomes, o empresário João Hansen, fundador da Tigre S/A, Arnaldo Moreira Douat e talvez o nome de maior destaque das artes plásticas, o catarinense reconhecido no mundo inteiro, o artista plástico Juarez Machado.

São 102 anos de história!

Ao relatar isso, a impressão é que estou falando do centenário da escola e parabenizando, mas não é isso. Agora, essa escola que foi o berço da escola pública nacional em Santa Catarina pode deixar de funcionar, pois está interditada desde o começo do ano passado. Isso mesmo, está fechada desde o começo do ano passado.

A escola tinha 560 alunos matriculados, os quais foram distribuídos nas outras escolas.

Entendo o esforço de Santa Catarina para cumprir e tentar investir em cada uma das 295 cidades do estado. Mas quero alertar o governador Raimundo Colombo de que é preciso olhar com mais carinho para certas questões. Infelizmente, neste caso, a secretaria de Educação do estado não tem acertado o tempo todo e nem sempre toma as melhores decisões, como essa de fechar uma escola tradicional não só de Joinville, uma escola que representa para ao estado inteiro, digo mais uma vez, o berço da escola pública nacional em Santa Catarina.

Antes que digam alguma coisa, essa escola não vive só do passado, se bem que pelo passado que tem já merecia a sua preservação. A Escola Conselheiro Mafra é importante ainda nos dias de hoje, pois acolhe mais de 500 alunos e tem em média uma procura de 500 novos alunos todos os anos. Uma das justificativas para a sua desativação é que o colégio fica numa região sem demanda.

Pelo amor de Deus, srs. deputado! Uma escola que tem em média uma procura de 500 alunos novos por ano não há demanda? E mais importante do que isso é saber que a escola, por estar localizada na região central da cidade, é procurada por pais de bairros distantes, que precisam se locomover até o centro para trabalhar e já aproveitam para deixar os seus filhos.

Estou aqui usando a tribuna para pedir encarecidamente ao secretário de Educação e ao governador Raimundo Colombo que olhem com carinho para a Escola de Ensino Básico Conselheiro Mafra, por sua importância na história e por sua relevância na sociedade, ainda mais nos dias de hoje. São 102 anos de história. E há 102 anos o governador Vidal Ramos considerou a Educação o maior problema do estado. Passado um século, o governo do estado tem de novo o desafio de fazer pela Educação.

Sabemos que a Educação se faz com exemplos. Tomem, pois, uma medida exemplar, governador e secretário da Educação. Mantenham viva a memória da primeira escola pública de Santa Catarina; mantenham viva a sua capacidade de educar e formar grandes nomes para a nossa sociedade e não fechem e não acabem com a Escola Conselheiro Mafra, no centro de Joinville, que está interditada. E a outra parte onde funcionava o Centro de Educação Padre Carlos, onde muitas crianças passaram por lá, inclusive a minha filha, hoje é abrigo de mendigos. É uma vergonha.

Passe lá, deputado Taxista Voltolini, onde verá uma placa bem grande falando do centenário da escola, com o timbre do governo do estado, dizendo que vão construir, vão reformar, revitalizar. Mas ao contrário, a secretaria do Desenvolvimento Regional fala em fechar a escola.

Os professores e os pais estão apavorados com essa atitude impensada do governo e da secretaria da Educação, que querem colocar abaixo uma história de 102 anos, sendo que a Escola Básica Conselheiro Mafra é o berço da educação pública nacionalizada aqui de Santa Catarina, porque até então as escolas eram particulares, financiadas em

parte ou totalmente pelos países que tinham imigrantes aqui.

Isso é uma vergonha. E volto a dizer que isso não pode acontecer. Joinville não vai permitir que isso aconteça, pelo menos da minha parte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado ao Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário é destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham essa sessão, visitantes que estão aqui presentes, preciso fazer alguns registros. E o primeiro é sobre uma sessão especial acontecida ontem, em homenagem aos 30 anos da CUT, que mesmo que nem todos concordem o país é democrático e ninguém há de negar o papel fundamental que essa central fez no país, nos últimos 30 anos, na luta pela democratização, na luta pela conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, é uma história de luta que merece ser ressaltada, citada. E ontem vivemos aqui um belo momento, na homenagem à CUT, pelos 30 anos de existência, das suas histórias, das suas lutas, das suas conquistas e ainda das suas reivindicações.

Portanto, queremos fazer esse registro, neste horário destinado ao PT, nesta sessão.

Queríamos fazer uma referência à presença de dois ministros em Santa Catarina, nesta quinta e sexta-feira. Na sexta-feira, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, estará aqui presente, através da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional. Estará sendo promovida uma audiência pública para discutir os desastres naturais. A audiência será realizada às 9h e contará com a presença de parlamentares catarinenses e representantes da

secretaria de Defesa Civil, da Fatma e da sociedade civil.

Esse debate é importante, porque o estado acabou de passar por mais um momento com risco de inundação, em função das fortes chuvas registradas a partir do dia 22 de agosto, quando novamente algumas cidades ficaram em alerta, principalmente no sul do estado. E têm sido frequentes os problemas relacionados às mudanças climáticas. Assim acredito que esse debate na sexta-feira será importante.

Outro evento importante a registrar é a presença da ministra Ideli Salvatti em Santa Catarina, mais especificamente em Joinville, para duas ações importantes. A primeira delas trata-se da liberação de recursos para o município de Joinville, para obras do Programa de Aceleração do Crescimento e para obras também de saneamento. Uma segunda questão fundamental é a visita da ministra ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quero citar o exemplo dessa visita, deputado Kennedy Nunes, para dizer do crescimento do ensino superior público e gratuito em Santa Catarina. A expansão da Universidade Federal de Santa Catarina é importante. Ela surgiu e ficou concentrada por anos em Florianópolis, mas agora temos a expansão para Joinville, Araranguá, Blumenau, que também está em fase bem adiantada. E somada também à criação da Universidade do Estado de Santa Catarina que hoje tem campus em Chapecó, estamos lutando pela sua expansão também. Isso traz um fortalecimento importante para o ensino superior público e gratuito deste estado.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de cobrar da Udesc a sua expansão também. Há uma promessa de muito tempo de que a Udesc iria se expandir, especialmente na região do meio-oeste. Anúncios foram feitos, fotografias foram batidas e havia a expectativa de que a Udesc seria instalada no meio-oeste. Mas até o presente momento isso não se concretizou. E não estamos vendo luz nos próximos períodos para que isso se concretize.

Então, gostaria de fazer um apelo à direção da Udesc e ao governo de estado, no sentido de que se pudesse tomar essa decisão definitivamente, porque há uma expectativa muito grande para a instalação de um campus da Universidade do Estado de Santa Catarina naquela região. Isso estaria complementando a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina, com o campus de Blumenau, com esse reforço em Joinville, com Araranguá e Curitibanos e com a Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, e a sua possível expansão, em Concórdia. Sem contar a presença que a Udesc já tem em alguns locais como Lages, que é importante e fundamental.

Amanhã, acontecerá uma audiência, em Palmitos, para discutir a questão da Udesc no município. Com isso teríamos uma rede de locais de ensino público e gratuito federal tão necessária e urgente para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, temos alguns assuntos importantes para registrar.

Gostaria de dizer que o governador Raimundo Colombo anunciou hoje um novo plano de gestão da saúde. Trata-se de uma gestão compartilhada, com a participação dos administradores, dos médicos, dos enfermeiros, dos sindicatos, fazendo a discussão do que efetivamente pode ser melhorado no estado de Santa Catarina. Esse plano foi coordenado com a participação de várias secretarias, sob a coordenação do secretário da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni.

São três medidas provisórias, uma delas vai instituir mecanismo para a produtividade médica no estado, no programa Proatividade,

profissionalização, da gestão dos hospitais públicos estaduais, programa Progestão, institucionalização de mutirões permanentes, o Promutirão, e agilidade das compras efetuadas pela secretaria de Estado da Saúde.

A outra destina R\$ 0,30 mensais por habitante para que os municípios catarinenses ampliem a realização de consultas e exames de média complexidade.

A terceira medida provisória cria oito centrais reguladoras regionais para organizar as internações hospitalares, consultas e exames dos catarinenses usuários do SUS.

É fato que os problemas da saúde pública não são causados por falta de recurso, pois cada ano o governo investe mais na área. E o governo do estado de Santa Catarina tem investido na área da Saúde.

Também, aqui, em Santa Catarina, principalmente na maioria das cidades, não é a falta de médicos a causa dos transtornos, porque de 2004 para cá o governo praticamente dobrou o efetivo, mas mesmo assim o número de atendimento por servidor caiu quase 40%.

Então, é preciso valorizar o servidor, para termos produtividade. Aumentou o número de servidores, mas reduziu a produtividade. Nós temos mais médicos, mais funcionários na Saúde, e o número de atendimento, o número de cirurgias reduziu.

Sabemos que os profissionais da Saúde são peças fundamentais na mudança do atual cenário e precisam ser valorizados. E é por meio da meritocracia e da profissionalização da gestão que a saúde pública de Santa Catarina voltará a ser referência positiva para o país. Disse tudo isso o secretário Antônio Gavazzoni, presidente do Comitê de Gestão Hospitalar, criado para efetivar as ações estabelecidas pelo plano. E já verificamos algumas mudanças, como no Hospital Celso Ramos, onde o número de pessoas aguardando cirurgia era muito grande. A emergência chegava a ficar com 80 pessoas nessa área, aguardando pela cirurgia. E com o aumento do número de salas cirúrgicas e do

atendimento, hoje o hospital não conseguiu zerar, mas não encaminha mais o cidadão para a sua residência, para ficar esperando ser chamado para uma cirurgia, como as pessoas acabavam sendo tratadas e encaminhadas do modo que se encontravam para as suas residências, ou ficavam em macas nos corredores do hospital.

Assim, acreditamos na determinação do secretário Antônio Gavazzoni, da secretária da Saúde, e do secretário da Administração, pois todos estão imbuídos, por determinação do governador Raimundo Colombo, em resolver essa questão da saúde, agilizando os mutirões, a produtividade, fazendo com que a saúde em Santa Catarina volte a ser referência. Então, o projeto foi lançado, e temos que registrar o empenho do governador nessa questão.

Outro assunto que queremos abordar é relativo à educação, ao esporte de Santa Catarina. Nós aprovamos nesta Casa Legislativa um requerimento para a inclusão do jiu-jitsu como esporte nos Jogos Abertos de Santa Catarina. Houve uma tramitação nesse sentido via governo do estado, secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte e Fesporte. E recebemos a resposta onde a mesma, junto com a Federação Catarinense de Jiu-jitsu, está elaborando o projeto para a inclusão da modalidade nos jogos Abertos de Santa Catarina. Na primeira vez participará como esporte de apresentação e depois efetivamente será incluído como competição nos Jogos Abertos de Santa Catarina.

O jiu-jitsu é uma arte que busca o equilíbrio, o respeito e a formação da personalidade, que tem em Santa Catarina quase dez mil praticantes. Então, parabéns à equipe da Fesporte, pois conversamos com eles na abertura dos Jogos Abertos, em São Miguel d'Oeste. E esses encaminhamentos já foram conduzidos, no sentido de que o jiu-jitsu possa, a partir do próximo ano, fazer parte dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Recebemos, hoje, aqui, em nosso gabinete, a visita do presidente da Federação Catarinense de Motociclismo, para falar sobre os projetos para o

estado de Santa Catarina. Veio juntamente com o meu filho, Rodrigo Eskudlark. Eles estão trabalhando na programação da 6ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Motocross, que deverá ter uma etapa no município de São José, de 13 a 15 de setembro deste ano. Portanto, fizeram tratativas com a prefeita Adeliana Dal Pont, o vice-prefeito José Natal Pereira. E com o apoio do governo do estado vão realizar esse evento.

O estado tem dado cobertura na prova internacional do campeonato mundial, realizado em Canelinha, em que houve a participação da segurança pública, com toda a infraestrutura na saúde, com ambulâncias e helicóptero.

O local reuniu mais de 40 mil pessoas, segundo o Kiko Cidade, presidente da Federação Catarinense de Motocross. E isso serve de referência em nível mundial, pois as imagens do que Santa Catarina proporcionou naquele evento em questões de segurança são apresentadas em todos os lançamentos de eventos dessa modalidade, em nível mundial, com fotografias, vídeos, mostrando a estrutura que Santa Catarina deu.

Também estão montando essa estrutura para os dias de 13 a 15 de setembro, no município de São José, com a cobertura do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Civil.

Parabéns ao Edison Oliveira, ao Nino, ao Kiko Cidade e ao Rodrigo Eskudlark, que vieram trabalhar por esse projeto.

Quero registrar também a presença dos vereadores que estão participando de um curso e que estiveram, no dia de hoje, em nosso gabinete, o Marino, o Gabriel Selupe, do município de Itapiranga, o vereador Japonês, como é conhecido, o Olari e o prefeito André, do município de Águas de Chapecó, o vereador Leonir Tesck, do município de Campo Erê, o Márcio Bortolotto, o secretário de Esportes, nosso amigo Rui Mendonça, a equipe da Fundação Hospitalar do município de Cunha Porã, o Elói, a diretora Graziela, a contadora Dalva, que também participaram, assim como a equipe da secretaria de Desenvolvimento Regional do

município de Maravilha, com a Iolanda e a Elaine, que também estiveram em meu gabinete.

Ouvi aqui a exposição do grande mestre e companheiro deputado Kennedy Nunes sobre a Escola Conselheiro Mafra de Joinville. Sei que somos saudosistas. E o deputado Kennedy Nunes com certeza conhece o município de Joinville mil vezes melhor do que eu. Admiro aquela cidade.

Mas só para registrar eu gostaria que mantivesse em pé, pelo resto da minha vida, o Grupo Escolar Almirante Barroso, onde me formei no Curso Primário. Tenho saudade da minha primeira professora. E esse colégio também deve ter lá em Canoinhas os seus 70 anos, no mínimo.

Quero registrar e entendo o que os moradores também querem, a comunidade quer, assim como a Associação de Pais e Professores, que o governo do estado tem destinado recursos para a construção de vários colégios no município de Joinville.

Foi apresentado um projeto em 2011, e houve uma reivindicação da comunidade, para a reforma do Colégio Celso Ramos, de Joinville, no bairro Bucarem. E o governo do estado anunciou agora R\$ 4,5 milhões para a reforma, para investimento no Colégio Celso Ramos de Joinville.

Ainda não há previsão para o começo da obra, já que o edital de licitação ainda está sendo elaborado. Mas o projeto já foi apresentado. E como dizem todos, sempre é aberta uma brecha para a esperança.

É uma escola que será revitalizada com paisagismo, ampliação de espaço, salas de aula com mais tecnologia, lousas digitais, tablets para os professores, e a expectativa é que o edital para definir a empresa que fará a reforma dessa escola seja imediato. Serão 22 salas de aula, laboratório de línguas, laboratório de Sociologia, Química e Física, quadra poliesportiva.

Então, espero que se encontre a melhor solução para a Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, de Joinville, mas quero registrar também os grandes investimentos do governo do nosso estado na área de Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskdlark.

Esta Presidência suspende a sessão até as 16h. Não há mais oradores inscritos para o horário dos Partidos Políticos, sendo que a sessão será reaberta na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0062/2013 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, outrossim, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0038/2012, 0087/2013, 0135/2013, 0173/2013, 0175/2013, 0186/2013, 0227/2013, 0232/2013, 0237, 0248, 0260, 0266, 0267, 0273, 0278, 0290, 0291, 0296, 0298, 0309, 0312, 0325, 0333, 0362, 0373, 0374, 0375, 0380, 0381, 0386, 0401, 0406, 0410, 0445, 0458, 0465, 0466, 0472, 0496 e 0590/2013, todos de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0213/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0275/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0340/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0344/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2013, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (desenvolvimento de atividades do Programa CVV de Prevenção do Suicídio).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0220/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis (atendimento à educação infantil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0108/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública

a Associação Amigos das Comunidades, de Herval d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Leão do Mar, 048-SC (Gelmar - 048), do município de Balneário Camboriú.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0176/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Fundação Angelino Rosa, com sede no município de Governador Celso Ramos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge II, de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0285/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação Viva Bicho de Proteção aos Animais, do município de Balneário Camboriú .

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0239/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual do Zootecnista no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, registrar a presença do prefeito municipal de Araranguá, minha cidade, Sandro Maciel, acompanhado de dois secretários municipais, que nos dão a honra de sua presença neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0534/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0535/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0536/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0537/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos n.s 0916/2013 e 0917/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0918/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0919/2013 e 0920/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0921/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0922/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0923/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0924/2013 e 0925/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0926/2013 e 0927/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0928/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0086/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao comandante-geral da

Polícia Militar e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, manifestando apoio às reivindicações salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0087/2013, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao ministro da Saúde, apelando pela implantação de um hospital-geral em Capivari de Baixo, que possibilite entre outros o atendimento ao setor de psiquiatria infantil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 088/2013, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, no Congresso Nacional, apelando por medidas emergenciais para que seja anulada a portaria que fechou o posto da Anvisa, no aeroporto de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0084/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, ao governador do estado, solicitando informações referentes às obras de implantação e pavimentação da rodovia SC-122, em Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, tínhamos em pauta, na tarde de hoje, o PLC que trata da remuneração dos servidores do Ministério Público estadual, mas infelizmente não conseguimos deliberar por falta de quórum qualificado. Há bastantes deputados em plenário, mas o número não foi suficiente para votar.

Quero saudar a presença aqui do sindicato dos servidores do Ministério Público deste estado e dizer que, pelo que percebo, suprimida aquela emenda que andava pairando no projeto, a proposta é consensual. Então, na minha avaliação, trata-se apenas de um tempo para que o projeto seja aprovado, e creio que não tem motivo para apreensões com relação a novas interrupções do processo de tramitação desse projeto de lei complementar. E, na semana que vem, no dia que houver o quórum qualificado, votaremos esse projeto que é do anseio dos servidores do Ministério Público estadual.

Quero também fazer referência ao debate que está havendo sobre a remuneração dos servidores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, policiais militares e civis, bombeiros militares e servidores do Instituto-Geral de Perícia. Os servidores do sistema prisional já tiveram a negociação salarial com o governo, pouco tempo atrás, e nessa rodada não estão.

As propostas apresentadas pelo governo são de um prazo de pagamento absurdamente longo, extenso. Qualquer proposta que prevalecer o governo

pretende pagar em três parcelas: a primeira em agosto de 2014, a segunda em agosto de 2015 e a última em dezembro de 2015. Portanto, são dois anos e meio para pagar.

Já se falava aqui, no governo anterior, e os deputados do PP faziam muita referência a isso, que o parcelamento que o governo Luiz Henrique da Silveira propunha para os servidores era mais elástico do que o das Casas Bahia. O deputado Kennedy Nunes apelidou de Magazine Luízão, porque tinha o prazo mais longo no parcelamento do incremento salarial dos servidores.

Temos agora outro governo, mas parece que os parcelamentos do aumento salarial ao invés de diminuir para um prazo mais curto alongaram-se para dois anos e meio. É mais da metade de um mandato de governador. Considerando que temos um ano e meio para terminar o mandato do atual governador, o governo está sugerindo que essa negociação salarial com os servidores da Segurança Pública seja paga no próximo mandato. Aliás, a maior parte desse incremento será pago no próximo mandato, porque nesse mandato será paga apenas uma primeira parcela, daqui a um ano, que vai ser a exatos dois meses da eleição de 2014.

Então, o governo do estado está fazendo negócio com os servidores da Segurança Pública, está negociando, para pagar em dois anos e meio, sendo que a única parcela deste mandato aconteceria a dois meses da eleição. E aí, se os servidores aceitam isso como possibilidade, toda negociação é possível.

As propostas apresentadas, pelo governo, para os servidores da Segurança Pública, especialmente para os militares estaduais, são: a criação da gratificação equivalente a 60% do vencimento básico que chamamos de soldo e um acréscimo de 30% da remuneração total a ser pago em dois em meio. Com certeza, se o governo tivesse mantido uma data base e feita a reposição do ano que passou, deste ano e dos dois próximos anos, teríamos o incremento salarial da mesma ordem ou parecido.

Outra proposta é o pagamento por subsídio, mudar a modalidade. Não temos mais soldo, não

temos mais adicional de tempo de serviço, estímulo operacional. É o equivalente à hora extra mais adicional de permanência. Isso tudo acabaria. Assim teria um subsídio para todos os militares estaduais e uma indenização de atividade para aqueles que estivessem prontos para o serviço, em atividade e sem dispensa médica, para garantir, para manter a turma trabalhando. Essa é a intenção do governo na proposta do subsídio.

O que temos notado é que existe entre os praças, que é a categoria em que debatemos mais este assunto, porque dela faço parte e para cá vim com o objetivo de representá-la, é uma dúvida enorme com relação a isso. Porque para parte dos servidores a proposta de subsídio é um pouco mais interessante ou menos desinteressante do que a proposta da gratificação de 60%, que é mais interessante para alguns subgrupos, mesmo da categoria dos praças, e mais interessante para outros.

Então, existe uma enorme confusão, uma dificuldade de tomar uma posição com relação a isso, especialmente porque não existe proporcionalidade entre o maior e o menor salário. Nós teremos salário variando entre R\$ 4.500,00 e R\$ 26.000,00. E aí, quando se vê essas tabelas e avalia-se a partir delas, especialmente o pessoal que não está na base, porque é um soldado que está na base, que é a maioria, leva-se um espanto, porque fica uma proporção bastante diferenciada ou, permitam-me a redundância, uma proporção desproporcional.

Portanto, essas questões estão provocando bastante debate no interior da categoria, e a Aprasc e a diretoria têm discutido. Haverá assembleias regionais nas próximas semanas e depois em nível estadual, evidentemente, para refletir a nossa posição neste Parlamento. E naquilo que nos couber no debate com a categoria das autoridades do governo e do comando da Polícia Militar, evidentemente que se vai respeitar a posição e a opinião da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim

como a solidariedade aos demais servidores da Segurança Pública no estado.

O governo está negociando tudo para pagar no próximo mandato, ou para o próximo governo pagar, respeitando a autonomia do processo eleitoral em outubro do ano que vem, quando o povo catarinense voltará às urnas para dizer quem será o governador a partir de janeiro de 2015. Assim, o governo atual está negociando com todo mundo para dar uma primeira parcela de um terço de qualquer valor que seja discutido dois meses antes da eleição, jogando a maior parte para que o futuro governo pague, mesmo que seja a própria coligação governante a ganhar a eleição.

Então, fica um prazo largo, como nas Casas Colombo - não é mais Magazine Luizão, mas Casas Colombo - uma rede de lojas no estado catarinense. Ainda é mais largo o prazo de pagamento, mais extenso do que já o era no Magazine Luizão, no governo anterior.

Assim, continuaremos esse debate nos próximos dias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.